

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2022 da Campagnola Participações e Empreendimentos S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trabalhistas, e todo resultado positivo e/ou negativo de processos civis e tributários serão repassados na proporção de 50% para a empresa que incorporou o ativo líquido cindido em 29 de fevereiro de 2020 - Lins Agroindustrial S.A. O Grupo possui contingência ativa, através da Ação Ordinária 90.0002276-2, com base na disposição na Lei nº 4.870/65, garantindo o direito de recebimento da indenização pelos prejuízos de fixação dos preços de açúcar e de álcool em patamar inferior ao apurado pelo custo médio regional de produção, referente ao período em questão (março/1985 a outubro/1989). O Grupo faz jus a rateio de crédito decorrente deste processo, sendo na qualidade de ex-cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Foi recebido, até 31 de março de 2022, o valor líquido de R\$ 14.394 - sendo o montante de R\$ 3.656 no exercício findo em 31 de março de 2022 (R\$3.586 em 2021) e R\$ 10.738 nos exercícios anteriores, referentes ao depósito judicial do precatório, como parte das receitas repassadas pela Coop rativa (Nota 29). **28. Imposto de renda e contribuição social: (a) Composição dos saldos:**

	2022	2021
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	14.517	6.323
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	5.192	388
Provisão para perdas de impostos - CSLL	(258)	(258)
	19.451	6.453

Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ

Contribuição social sobre o lucro - CSLL

Provisão para perdas de impostos - CSLL

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	2022	2021
Reconhecido no patrimônio líquido	2022	2021
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	-	1.116
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	-	398
Tributos sobre resultado com compra vantajosa	-	(76.066)
Tributos sobre Swap	436	(3.452)
Tributos sobre contingências	730	316
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	215	-
Tributos sobre outras diferenças temporárias	378	143
Instrumentos financeiros derivativos	70.162	5.249
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(6.601)	646
Varição do valor justo do ativo biológico	(10.841)	6.672
Depreciação acelerada incentivada	(63.658)	(14.566)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(25.160)	(237)
Arrendamentos e alugueis	9.401	(2.637)
Outros	(2.706)	462
	(27.639)	(81.996)
	(5.425)	(115.044)

	2022	2021
Reconhecido no patrimônio líquido	2022	2021
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	15.396	(15.397)
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	5.542	-
Tributos sobre Swap	16	420
Tributos sobre contingências	852	(114)
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	215	-
Tributos sobre outras diferenças temporárias	246	132
Instrumentos financeiros derivativos	8.610	70.162
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(7.480)	879
Varição do valor justo do ativo biológico	(5.233)	(5.608)
Depreciação acelerada incentivada	(62.210)	(1.448)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(25.671)	508
Arrendamentos e alugueis	5.253	4.148
Outros	958	(3.665)
	(63.506)	(24.696)
	60.563	(27.639)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A Cevasa possui R\$ 170.347 de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social em 31 de março de 2022, não reconhecidos em função de perspectiva de não ser provável a realização dos referidos créditos, conforme CPC 32. O Grupo, desde abril de 2009, utiliza taxas de depreciação diferentes daquelas previstas pela legislação vigente, que levam em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens alocados no seu ativo imobilizado. A diferença existente entre o encargo de depreciação gerado com base na taxa fiscal e aquele gerado com base na taxa contábil é ajustada na apuração do Lucro Fiscal, sendo o crédito o débito tributário reconhecido no mesmo período. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado do Grupo que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Os débitos tributários são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal. Assim, os saldos de tributos diferidos demonstrados a seguir referem-se aos montantes líquidos. O Grupo avalia os efeitos da interpretação ICP-C22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos Sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos. A Cevasa é parte de um processo tributário, ocorrido pela glosa de amortizações do ágio que foi registrado pela Cargili Agrícola S.A. na aquisição de participação societária da Cevasa. A autuação lavrada contra a Cevasa foi considerada improcedente e cancelada pelo órgão julgador de primeira instância da própria Delegacia da Receita Federal e mantidos indevidamente durante a discussão na esfera administrativa somente por erro de qualidade. Contra essa decisão a Cevasa impetrou Embargos à Execução Fiscal e obteveu garantia através de apólice de seguro, garantia em valor superior ao montante atualizado dos débitos em cobrança e com observância da Portaria PCFN nº 16.004/2011. Em 31 de março de 2022, os consultores jurídicos do Grupo classificam que as chances de êxito nesse processo são superiores a 50%, e, nos termos do CPC 32 e ICP-C22 - não constitui qualquer provisão para fazer face aos tributos sobre o lucro em discussão, estimados em R\$ 17.487. **Período estimado de realização dos créditos tributários:** Créditos tributários diferidos, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado com lucro tributável e na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Apresentamos a seguir a expectativa de realização dos créditos tributários:

	2022	2021
Expectativa de realização	2022	2021
Na safra 2022/2023	17.465	53.864
Na safra 2023/2024	17.465	17.465
Na safra 2024/2025	6.188	6.188
A partir de 2025	2.526	2.526
	80.043	80.043

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2022	2021
Imposto de renda	280.391	280.391
Contribuição social	(1.714)	(1.714)
Alíquota fiscal máxima	278.677	278.677
Cálculo pela alíquota máxima	25%	9%
Adições e exclusões temporárias	(72.208)	(26.208)
Adições permanentes	(2.706)	(967)
Despesas indedutíveis	(3.319)	(1.194)
Exclusões permanentes	-	-
Equivalência patrimonial	4.146	1.493
Receitas não tributáveis	5.140	1.640
Resultado líquido	(69.245)	(25.294)
Alíquota efetiva	34%	33%
Impostos correntes	(9.198)	(3.534)
Impostos diferidos	(60.296)	(21.700)

29. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social, com a emissão de 150.000 ações ordinárias classe A nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado ainda nesse exercício. Assim, o capital social passa a ser representado por 165.824.542 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em 31 de março de 2022 (165.824.542 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em 31 de março de 2021), com a seguinte composição:

	2022	2021
Bernardo Biagi	165.824.539	100,1%
Baudilio Biagi Neto	1	0,0%
Silvia Biagi Diniz Junqueira	1	0,0%
Bernardo Biagi Filho	1	0,0%
	165.824.542	100,1%

(b) Reserva de lucros: (i) Reserva legal: A destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei nº 6.404/76, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da mesma Lei, observada a seguinte ordem de dedução: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme Nota 16, o termo de "usufruto vitalício" concede aos usufrutuários direitos de recebimento de quaisquer rendimentos, sejam eles advindos de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, bonificações em dinheiro, ou, ainda, em ações, sobre as ações da Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool e, por esse motivo, não há lucros a destinar na Companhia. **(c) Instrumentos financeiros - hedge accounting:** A parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos derivativos e não derivativos, designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa pelas Controladas é reconhecida no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial", que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultado financeiro. Tais efeitos são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas como transação que afeta a participação dos usufrutuários. **(d) Dividendos mínimos obrigatórios:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado após a constituição da reserva legal (5% do lucro líquido), considerando os efeitos oriundos do usufruto financeiro das ações sobre o resultado de equivalência patrimonial. Os dividendos distribuídos pelas Controladas são reconhecidos como Obrigações com usufrutuários no passivo circulante nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **(e) Juros sobre capital próprio:** A distribuição de juros sobre capital próprio para o usufrutuário da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **(f) Termo de usufruto vitalício:** Em 31 de março de 2022, o acionista em forma de sua pessoa física (Sr. Bernardo Biagi) possui o documento jurídico denominado como "termo de usufruto vitalício" que garante o direito de recebimento de quaisquer rendimentos, sejam eles advindos de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio, bonificações em dinheiro, ou ainda em ações sobre as controladas. As reservas de lucros serão realizadas em função da sua utilização para aumento de capital ou para distribuição de dividendos. Os outros rendimentos, sejam eles advindos de rendimentos abrangentes referem-se: (i) a custo atribuído de ativo imobilizado que será realizado pela depreciação dos ativos que deram origem ao saldo; (ii) contabilidade de hedge, cujo saldo será realizado em contrapartida de resultado à medida em que os objetos de hedge forem realizados, e (iii) ajuste patrimonial, registrado de forma reflexa, em razão de ajuste apurado pela controlada Usina Batatais (item (f) abaixo). **(g) Reavaliação cisão:** Durante o exercício, a Administração da Usina Batatais reavaliou os montantes envolvidos que foram objetos da Cisão (Nota 1.1 (a)), realizada em 29 de fevereiro de 2022, e baixou o montante de R\$ 27.625 para o Patrimônio Líquido, na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" por não representar uma perda no exercício. O referido ajuste foi feito de forma reflexa na Companhia. **30. Receita de contratos com clientes:** A receita operacional do Grupo, é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2022	2021
Mercado interno	781.218	556.375
Partes relacionadas	-	-
Mercado externo	-	-
Terceiros	519.783	362.940
Outras receitas	1.301.001	919.315
Impostos sobre vendas	(112.251)	(94.687)
Receita líquida	1.188.750	824.628
Açúcar	583.875	446.592
Etanol	533.304	340.691
Energia	12.102	6.191
Outros	44.165	31.154
	1.188.750	824.628

31. Despesas por natureza:

	2022	2021
Amortização da colheita do ativo biológico	148.531	116.924
Cana-de-açúcar	237.132	78.851
Depreciação e amortização de direito de uso	120.661	120.661
Salários e benefícios a empregados	129.981	85.831
Depreciação e amortização	83.625	69.266
Insumos, peças e outros materiais	53.109	32.333
Gastos com manutenções	33.355	35.202
Serviços de terceiros	58.949	35.193
Combustíveis e lubrificantes	59.827	26.487
Fretes	39.363	24.527
Tributos (exceto IRPJ e CSLL)	9.660	9.117
Comissões, emolumentos e custas bancárias	8.207	159
Alugueis	4.432	5.371
Viagens, telecomunicações e energia elétrica	2.109	1.827
Provisões para contingências	2.502	335
Demais gastos operacionais	13.312	1.098
	1.004.701	617.352

Classificados como: Custo dos produtos vendidos

Despesas com vendas

Despesas gerais e administrativas

32. Outras receitas operacionais, líquidas:

	2022	2021
Resultado por compra vantajosa (Nota 7)	217.459	4.787
Receita na venda de ativos	20.410	4.787
Receitas repassadas por Cooperativa	3.657	3.603
Créditos tributários	-	20
Formação do <i>CBIOs</i>	-	1.707
Outras receitas	12.013	2.414
	253.539	12.531

Outras despesas

Despesas repassadas por Cooperativa

Despesas por baixa de ativos imobilizados

Despesas por baixa de cana-de-açúcar

Despesas por baixa de outros ativos

PIS COFINS sobre outros recebidos e importações

Instituição de provisões

Estorno de créditos tributários

Reforestamento

Ajuste a valor justo *CBIOs*

Outras despesas

Outras receitas operacionais, líquidas

33. Resultado financeiro:

	2022	2021
Receitas financeiras:	26.620	11.908
Juros sobre aplicações financeiras	642	138
Juros sobre empréstimos concedidos	1.014	202
Juros sobre tributos a recuperar	735	329
Outras receitas	31.011	12.577

Despesas financeiras:

	2022	2021
Juros sobre empréstimos e financiamentos bancários	(109.893)	(46.332)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	(48.616)	(40.377)
Despesas com antecipação de recebíveis	(6.641)	(2.544)
Imposto sobre operações financeiras	(2.875)	(97)
Tarifas e comissões com operações de crédito	(258)	(1.524)
Juros sobre saldos Cooperativa	(273)	(120)
Outras despesas	(2.488)	(5.299)
	(173.359)	(96.293)

31 de março de 2022

	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	46.249	46.249
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	-	-
Total	46.249	46.249

	2022	2021
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Aplicações financeiras	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
Demais contas a receber	-	-
Total	-	-

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

	2022	2021
Instrumentos financeiros derivativos	234.379	9.198
Total	234.379	9.198

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	2022	2021
Fornecedores	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	-	-
Obrigações com cooperativa	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Demais contas a pagar	-	-
Total	-	-

31 de março de 2021

	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	46.249	46.249
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	-	-
Total	46.249	46.249

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Aplicações financeiras	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
Demais contas a receber	-	-
Total	-	-

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

	2022	2021
Instrumentos financeiros derivativos	206.360	212
Total	206.360	212

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	2022	2021
Fornecedores	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	-	-
Obrigações com cooperativa	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Demais contas a pagar	-	-
Total	-	-

(b) Mensuração do valor justo: O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como o valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas-bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem considerados em 31 de março de 2022.

	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros derivativos	206.360	212
Total	206.360	212

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	2022	2021
Fornecedores	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	-	-
Obrigações com cooperativa	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Demais contas a pagar	-	-
Total	-	-

31 de março de 2022

	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros derivativos	234.379	9.198
Total	234.379	9.198